

PP condena conteúdo e gramática da nota pró-Constituinte

Foto de Almir Veiga

Brasília — A liderança do PP não assinou "Manifesto à Nação" pela convocação de uma Assembleia Constituinte por divergências políticas e, também, léxicas — conforme esclareceu ontem o Deputado Thales Ramalho (PE). Informou-se, também, que o próprio líder do PMDB, Deputado Freitas Nobre (SP), havia considerado "horível" o documento.

Os líderes e dirigentes oposicionistas admitiram, ontem, que foi "melancólico" o lançamento político-parlamentar do "Dia Nacional da Constituinte". Mas o líder do PDT, Deputado Alceu Collares, acredita que "oportunamente" as Oposições devem divulgar um manifesto ao povo. Esta é também a opinião dos líderes Antônio Mariz (PP) e Marcondes Gadelha (PMDB).

"Rascunho"

Menos discreto, o Sr Thales Ramalho disse que o PP não poderia endossar o "rascunho" que lhe foi apresentado, justificando-se:

— A posição do PP na pregação pela Constituinte aproxima-se mais da posição do PT e está muito longe da posição do MR-8.

Acrescentou que sempre aprendeu que a insurreição e a violência são formas primitivas de atuação política e, portanto, o Partido Popular não tem condições de apoiar qualquer movimento que defenda tal tipo de atuação. Negou, ainda, que tivesse recusado o apoio ao "rascunho" por não ter tido tempo de consultar a bancada. "Nunca disse isso. No primeiro momento comuniquei aos Srs Ulysses Guimarães e Freitas Nobre a posição do PP diante do texto apresentado."

— A exemplo do Partido dos Trabalhadores — acrescentou o Sr Thales Ramalho — o PP também considera a campanha pela Constituinte como prioritária. Antes disse as Oposições precisam lutar pela revogação da Lei Falcão. Como fazer a pregação pela Constituinte com retratos 3x4 nas TVs? Devemos lutar, também, pela revisão da Lei de Segurança, Lei de Imprensa, Lei de Greve e outras leis de

Pepista critica seu líder

O Deputado Jorge Moura (PP-RJ) disse ontem, no Rio, que "apesar de jovem, não aceito ser bol de piranha do Sr Thales Ramalho" no episódio do "Manifesto à Nação" que acabou não sendo lançado, já que o líder do PP recusou-se a assinar. O Deputado Jorge Moura seria o representante do PP na comissão de redação do documento, mas não compareceu às reuniões.

Ele afirmou que a atitude do Sr Thales Ramalho recusando-se a assinar o documento, "sem dúvida cria embaraços na frente democrática, consubstanciada na união das oposições. Seu comportamento foi prejudicial à luta pela democracia em nosso país".

O documento rejeitado

"Neste 15 de novembro o povo deveria votar para eleger prefeitos e vereadores pelo voto direto e secreto. Mas o Governo, temendo os resultados, proibiu, mais uma vez, sua participação na vida política brasileira. Impôs a prorrogação dos mandatos municipais, lesou as instituições e violou a vontade popular. Alterou as regras do jogo que ele traçou para continuar controlando a nação.

A nossa manifestação é de repúdio e de protesto contra essa violência que traduz o procedimento autocrático e desestimulador das esperanças de democratização do país.

A nação violentada ainda está submetida ao Estado autoritário.

A soberania popular, tantas vezes mutilada, há muito deixou de ser a fonte legítima do Poder.

O Governo retrogradou às formas oligárquicas.

A realidade aí está. Aprofunda-se a crise econômica e social. O país, já dominado pelas multinacionais, vê-se ameaçado de passar à humilhante e incalculável tutela do Fundo Monetário Internacional. A dívida externa aumenta incontrolavelmente. Os preços dispararam. Os salários achatados são corroídos pela inflação que passa de 100% ao ano. O leite, a carne, o leite desapareceram da mesa do trabalhador. No campo, cresce assustadoramente a legião dos famintos. Nos viveiros de miséria das grandes cidades, a luta pela sobrevivência, o subemprego, o desemprego e a fome conduzem as classes trabalhadoras ao desespero.

O sofrimento nacional já se arrasta por muitos anos, mas a cada momento as forças populares redobram sua resistência. O povo brasileiro anseia pela reconstrução democrática na conjugação comum dos esforços de todas as correntes de opinião pública. Os trabalhadores intensificam sua luta nos sindicatos, a União Nacional dos Estudantes reorganiza-se, as entidades profissionais se reafirmam, os movimentos sociais de base se fortalecem.

As oposições, ontem, como hoje, agredidas e cercadas de restrições por todos os lados, retemperam-se na luta e expõem-se a novos sacrifícios, manifestando sua confiança na História, que está ao nosso lado e na vocação do Brasil para a legalidade democrática que estamos certos de interpretar.

Convocamos, por isto mesmo, a nação para um pacto histórico capaz de unir as forças vivas da nacionalidade na conquista

exceção. O povo precisa ser conscientizado para a convocação da Assembleia Constituinte.

PP Moderador

Para a Deputada Cristina Tavares (PE), da tendência popular do PMDB, "o espetáculo melancólico do lançamento da campanha pela Constituinte mal esconde uma divergência maior entre as oposições, que é a diferente concepção da sociedade que se deseja construir".

Pelas dissensões conhecidas e esperadas no PDS — acha a Deputada — o PP voltará à cena com o papel de moderador, "apesar do Placato".

— Diante desta perspectiva — disse Cristina Tavares — jamais o PP de Tancredo Neves e Thales Ramalho poderia se engajar numa campanha verdadeiramente oposicionista, pela convocação da Constituinte livre, popular e soberana. O PMDB e o PDT, por razões diversas, desejam uma Constituinte para mudar radicalmente o modelo econômico e social implantado. O PP agora deseja o papel de administrador da crise.

Na opinião da representante pernambucana, os parlamentares do PP "mais aguerridos" e que defendem uma oposição ao sistema e não apenas ao Governo, "em pouco tempo terão que fazer uma nova opção partidária".

Ontem, na tribuna, o Deputado Heitor Alencar Furtado (PR), também da tendência popular, leu da tribuna o "documento", como subleito do seu partido à campanha pela Constituinte.

O PT não participa da campanha pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, porque o Partido não discutiu ainda essa questão nos seus núcleos. Segundo o Deputado Airton Soares (SP), foi elaborado um documento para subsidiar o debate, mostrando as bases trabalhadoras as várias teorias e implicações de uma Constituinte. "Enquanto isso, o PT dá prioridade a problemas como o custo de vida, habitação popular, saúde e outros que dizem respeito mais de perto ao povo".

Para o Sr Jorge Moura, a atitude do Deputado Thales Ramalho "foi antiprogramática. A nossa ausência das reuniões que elaborou o documento é verdadeira, mas foi por motivo de força maior. Contudo, ele nos foi submetido e subscrevemo-lo integralmente".

— Por isso que a bancada do Partido não se conforma com a postura vacilante e, às vezes, até dúbia, do líder do PP. Por isso existe uma insatisfação generalizada com a liderança, que se preocupa mais em intrigas de gabinete do que a atuação verdadeiramente oposicionista.

do estado de direito. Através desse pacto, que reflete as aspirações da sociedade, poderemos restabelecer o Poder em sua fonte legítima que é o povo.

A conquista da plenitude democrática não poderá ser outorgada pela vontade dos detentores do Poder, mas haverá de ser decisão do povo que já não suporta mais o regime discricionário. E só há uma forma de obtê-la: chamá-lo às urnas através de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana.

Só assim poderemos superar o impasse institucional que abala a nação. Só assim estaremos à altura da nossa condição de povo civilizado, de nossos compromissos com os oprimidos e espoliados. Só assim se inicia o diálogo nacional, para o qual todos, sem exceção, deverão ser convocados.

A Constituinte assegurará a prática do princípio universal de que todo o Poder emana do povo e em seu nome é exercido, uma vez que nos últimos 16 anos todo o poder emana da força e contra o povo é exercido.

A Constituinte restaurará a ordem institucional do país, a livre organização dos Partidos políticos, democratizando o direito de greve, a estrutura sindical, o uso dos meios de comunicação e as liberdades públicas, fulminando a legislação de exceção.

A Constituinte garantirá a todos os setores da sociedade que expressem seus interesses e projetos para que se construam os instrumentos de defesa nacional e popular.

A Constituinte legitimará pelo voto do povo a autoridade do Poder, encerrando o capítulo das nomeações indecorosas inclusive de Governadores incompetentes. A Constituinte dotará o país de uma política protetora dos interesses nacionais, esmagados pelas multinacionais e seus aliados internos.

A Constituinte possibilitará a reforma agrária e a prevalência do trabalho sobre o capital, ampliando as conquistas populares em busca da justiça social.

A Constituinte é solução democrática para o impasse político criado por um regime apoiado no arbítrio e submisso a interesses externos.

A Constituinte é a luta contra a fome e a opressão e sinônimo de democracia e liberdade.

E, enfim, a Constituinte um pacto de todos os brasileiros em favor do Brasil."

Abi-Ackel só aceita reforma depois de 82

O Ministro de Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, disse ontem em entrevista coletiva, ser favorável a uma ampla reforma constitucional "mas só depois de 1982". Assim, recusou a proposta do Senador Murilo Badaró (PDS-MG), que defende uma Constituinte a partir de 1981. O Ministro explicou que não discorda da ideia do Sr Murilo Badaró, pois é, apenas, "questão de tempo".

Esclareceu que a Constituinte que defende tem de ser originária das eleições de 1982, ou seja, os parlamentares eleitos naquele ano é que a integrariam. Para ele, "o novo Congresso que será eleito em 1982 será mais representativo do que o atual para fazer uma Constituinte porque em 1981 o atual Congresso estará em fim de mandato".

EXILADOS

Justificou, ainda, sua ideia de Constituinte depois de 1982, argumentando que o Congresso a ser eleito naquele ano virá de uma nova realidade, marcada, entre outras características pelo pluripartidarismo e pelo retorno das lideranças exiladas em 1964, que retornaram ao país beneficiadas pela anistia. E destacou: "Essas lideranças anistadas estão revelando uma pujança eleitoral acentuada."

O Ministro Abi-Ackel preferiu não fazer previsões sobre as eleições de 1982. Limitou-se a elogiar a decisão do Congresso de restabelecer "por unanimidade" as eleições diretas para governadores e disse que o Governo se está preparando para ganhar as eleições.

Indagado se o Governo está preparando uma reforma eleitoral, que inclua o voto vinculado desde a eleição de governador até a de governador, o Sr Abi-Ackel, dizendo que se anteciparia a outras perguntas sobre voto distrital, distritão e sublegenda, afirmou:

Na Cinelândia, um "show" e discursos

A primeira manifestação pública pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, no Rio, reuniu ontem, na Cinelândia, 500 pessoas, atraídas principalmente por um show de samba que houve antes, nas escadarias da Câmara Municipal.

Falaram representantes do PMDB, PTB, PCB e PC do B. O PT não teve oradores, assim como o PP, que só mandou faixas para enfeitar o local. O advogado José Carlos Brandão, do PDT, falou por conta própria, pois o Partido oficialmente não compareceu ao ato, para não se misturar com o PP e PTB, que consideram "descredenciados" como Oposição.

AMBIENTE FESTIVO

O ato público, organizado pelos Partidos e outras entidades civis, começou às 17h. Foi antecedido por um show do conjunto "Espaciais do Samba" e dos cantores Marinho da Muda, Januário da Bahia e outros. Na plateia, os estudantes eram minoria, ao contrário de manifestações anteriores no mesmo local — surgiu a explicação de que eles estavam preocupados

com a apuração dos votos da eleição da UNE, encerrada ontem. Nos intervalos das músicas o apresentador fazia propaganda da Constituinte.

O PTB era o Partido que tinha mais faixas espalhadas pela área. Durante o ato, eram vendidos jornais e plásticos da campanha pela Constituinte. Várias pessoas identificadas com pedaços de fita verde e amarela arrecadavam, em sacolas, dinheiro para a continuação da campanha. O Deputado federal Marcelo Cerqueira, um dos parlamentares do PMDB presentes, não estava preocupado com o reduzido número de assistentes: "A luta pela anistia também começou assim. Depois cresceu".

Falou pelo PMDB o Deputado Edison Khair e pelo PTB o candidato do Partido ao Governo do Estado em 1982, ex-Senador Aarão Steinhilber. Pelo PCB discursou o advogado Givaldo Siqueira e pelo PC do B o jornalista Rogério Lustosa. Os comunistas defenderam como condição prévia para a Constituinte a revogação de "leis fascistas" como a Lei de Segurança Nacional, que proíbe a legalização de seus Partidos.

IGREJA

O Sr Abi-Ackel informou ainda que continuará seu diálogo com a Igreja, mas recusou-se a revelar o que tem tratado, alegando que é "uma sementeira demorada". Apenas confirmou que hoje, às 11h30m, terá um encontro em Salvador com D. Avelar Brandão e que se encontrará com outros representantes da Igreja.

Embora nada tenha respondido quando indagado se poderia encontrar-se também com Dom Paulo Evaristo Arns, o Ministro Abi-Ackel considerou "boas" e "um indicativo de boa predisposição" as declarações do Cardeal de São Paulo favoráveis ao diálogo.

Reconheceu que a CNBB é "representativa da universalidade da Igreja" e acentuou que as preocupações sociais da Igreja são bastante semelhantes às do Presidente João Figueiredo. Mas descartou a hipótese de que o diálogo seja o início de um novo pacto entre a Igreja e o Estado. No seu entender trata-se de um entendimento para o bem comum do país, "uma sementeira longa".

PMDB pernambucano promove concentrações

Recife — O PMDB pernambucano realiza, hoje, quatro concentrações na Região Metropolitana e nas Zonas da Mata, Agreste e Sertão, para levar ao povo a proposta da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

O principal encontro oposicionista será na cidade de Garanhuns — a 230 km da Capital, na região Agreste — que conta com a participação de vários deputados federais e do candidato à liderança do Partido oposicionista na Cá-

mara Federal, Deputado Odacir Klein (RS). Na área do Grande Recife, no Município de Paulista, será também realizada uma concentração com violeiros e clubes de frevo.

No Município do Cabo — a 30 km — os pernambucanos também irão encontrar-se para defender a tese da Constituinte, bem como no sertão do Estado, em Petrolina, sob o comando do Padre Mansuetto de Lavor, Deputado estadual pelo PMDB.